

# JUSTIÇA, INTERSUJETIVIDADE E POLÍTICA

Creusa Capalbo, Doutora em Filosofia, Professora Titular da UFRJ e Adjunta da UERJ

## Resumo

A justiça é um conceito que envolve uma compreensão, dita objetiva, pois é um princípio normativo da vida em comum, na esfera do espaço público, constituindo-se, de modo institucional, na vida político-social dos cidadãos de uma dada comunidade. Ela supõe, portanto, as relações intersubjetivas e a compreensão da subjetividade.

O aprofundamento desta temática nos conduz à questão do “que é política?”, que examinaremos a partir do pensamento de Hannah Arendt. Veremos, então, que o homem contemporâneo torna-se consciente, cada vez mais, do caráter político de sua vida, e de como a política impregna a sua existência.

**Palavras-chave:** justiça, política, subjetividade, intersubjetividade, responsabilidade.

## Abstract

The justice is an idea that involves a comprehension, said objective, because it is a normative principle in common life, in the sense of public space, being constituted, in the institutional way, in the social-politics life of citizens of a determinated community. It assumes, therefore, the intersubjectives relations and the comprehension of the subjectivity.

The penetration deep down this subject send us to the question of “what politics is?”, that we will investigate from the Hannah Arendt thought. We will see, then, that the contemporary man become, more than never, conscious of the politics impregnates his existence.

**Key-words:** justice, politic, subjectivity, intersubjetivity, responsibility.

A justiça é um conceito que envolve uma compreensão dita “objetiva, pois é um princípio normativo da vida em comum constituindo-se, de modo institucional, na vida político-social dos cidadãos de um dado Estado. A justiça, quer seja ela igualitária ou de equivalência, implica na interação de, ao menos, dois seres humanos que são considerados como iguais ou equivalentes. Ela envolve, assim, uma compreensão dita “subjetiva” das relações intersubjetivas tais como são vividos na cotidianidade de uma dada sociedade.

A justiça concerne expressamente o domínio do direito: legislação, jurisprudência, poder judiciário. Ela se aplica, ainda, a regulamentação e a intermediação nos conflitos de interesses até então regulamentados de uma maneira informal.

A compreensão dita “subjetiva” da justiça, se volta para as relações entre os homens numa certa perspectiva da atitude moral: faz o que é justo por convicção e não por temer uma reprovação social, ou levando em consideração a amizade ou simpatia. Todo tratamento desigual de homens, em condições de igualdade, é injusto. O direito deve satisfazer o princípio da igualdade e para tal deve enunciar as prescrições que regulam os atos ou as situações típicas praticadas pelos sujeitos individualmente, em determinadas situações.

O direito é um conjunto de normas e de instrumentos de julgamento, cuja significação é dada por aqueles que as criam e delas se servem. Este instrumento ou utensílio realiza uma certa intenção humana que se mostra carregada de uma significação, de uma finalidade que lhe foi atribuída pelo sujeito. Daí se depreende que o caráter instrumental das normas jurídicas não se refere a uma realidade objetiva de coisas, mas sim subjetiva e intencional que se mostra como um “noema” no mundo vivido.

Segundo alguns estudiosos os problemas fundamentais de que se ocupa a teoria jurídica se agrupam em três temas gerais: a pessoa, o ato, a responsabilidade (P. Amselek, *Méthode phénoménologique et théorie du droit*, 1964).

O que significa pessoa jurídica? A origem etimológica da palavra pessoa, vinda do grego para o latim “persona”, indica a máscara que um autor usa para desempenhar o seu papel, o seu personagem, numa peça de teatro, num filme de cinema, na novela da televisão etc. Trata-se do ator interpretando e repetindo o seu papel. É exatamente isto que significa personalidade jurídica — é uma qualidade do “ator jurídico”, o papel que ele desempenha de acordo com um dado modelo jurídico. Já está presente aqui a suposição de que se tenha esgotado a questão da subjetividade e das relações intersubjetivas, às quais voltaremos a partir do pensamento de E. Husserl e H. Arendt.

Os atos são, na teoria moderna do direito, aqueles que são julgados pelos juristas, a partir da regulamentação jurídica, e que se aplicam à conduta dos indivíduos numa dada sociedade e numa certa época histórica. Os atos praticados por sujeitos, implicam na possibilidade de iniciativa e de um poder de decisão, e portanto de liberdade. Os atos indiciam a possibilidade que tem o homem de se desprender das determinações que lhe são impostas pelo meio social, cultural ou natural. Ele pode se orientar em direção às iniciativas da vivência histórica visando a liberdade, o bem e a felicidade.

A responsabilidade, em geral, é acompanhada, no direito, com a discussão da culpa. A responsabilidade implica na conjugação de três termos: a pessoa responsável, o domínio do qual se é responsável e a instância diante da qual se deve prestar contas. O homem se torna “sujeito do direito” pela capacidade que tem para assumir os seus atos e suas conseqüências, podendo ser sujeito a punição ou a recompensa (A. Kojève, **Esquisse d’une phénoménologie du droit**, 1981).

Para Hannah Arendt é a esfera pública que pensa o mundo em termos de responsabilidade do ponto de vista político. Por mundo, diz ela, não se entende que ele seja um somatório de entes, nem é a terra ou a natureza entendida como lugar de extração material. Mundo se refere aos artefatos, às técnicas, as instituições, as leis criadas pelos homens e que estão sujeitos ao desaparecimento e ao nascimento de “novos” mundos. Daí a sua idéia de que é preciso ter cuidado e responsabilidade para com o mundo. É no mundo que a liberdade leva os homens à ação e que os leva a constituírem as diversas formas de governo. O mundo é então entendido como o espaço público que permite a participação plural de sujeitos, de culturas, de etnias (H. Arendt, **O que é política?**, 2002; **A Condição Humana**, 1984). Mas isso não ocorre, como ela mesma o diz, nas sociedades modernas onde se valoriza o trabalho, o capital, o consumo, quer nas sociedades adeptas do capitalismo ou do socialismo. O homem é igualado e massificado pois o seu valor é medido pela produção. Para Arendt o mundo atual vivencia a subordinação da atividade política à atividade econômica, conduzindo a liberdade à esfera das necessidades para a manutenção da sua subsistência; dá-se, ainda, o predomínio da violência na esfera da ação e a substituição da ação pela fabricação (H. Arendt, **A Condição Humana**, 1989).

Arendt analisou em sua obra “**As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder, 1979**” não só a questão dos campos de concentração e de extermínio dos judeus pelo regime nazista, mas também do fascismo e do campo de concentração do stalinismo. Comenta ainda, sem traçar grandes teorias, em publicações diversas, do extermínio em massa de mais de trinta milhões de chineses com o maoísmo; da guerra do Vietnã e da política americana no sudeste da Ásia, bem como da guerra dos franceses na então Indochina e na Argélia; o uso da bomba atômica que destruiu Hirochima e Nagasaki e por fim a Segunda Guerra Mundial como um todo.

H. Arendt, em diversas ocasiões, distingue a política da moral. Assim, lê-se na sua obra (“**Responsabilidade e julgamento**”, 2004, p. 213) o capítulo intitulado “Responsabilidade Coletiva” o seguinte: “no centro das considerações morais da conduta humana está o eu (Self); no centro das considerações políticas está o mundo”. Daí decorre a idéia de que a história é a ação livre dos homens cujos resultados são desconhecidos enquanto a ação está sendo desempenhada. A valorização de si mesmo, de seu espaço interior vem, progressivamente, ocupando a esfera pública, ocupando o espaço intersubjetivo com interesses privados.

H. Arendt vai, no entanto, se preocupar com o entrecruzamento do espaço público com o privado, ou seja, entre as atividades de pensar, de querer e de julgar e as noções de moralidade, de ética e de responsabilidade. A perspectiva ético-política, na sua prática, é

exercida pela “compacta massa burocrática de homens” que executam ordens sem submeter as suas conseqüências possíveis ao crivo de seu juízo, à sua capacidade pessoal de pensar. Para ela, pensar implica em reflexão e juízo de alguém que se expressa por si próprio, em sua autonomia, no domínio público, lugar em que somos cidadãos com outros cidadãos. Esse mundo plural de opiniões e pensamentos pressupõe a presença dos outros. Vê-se aqui que ela é seguidora da fenomenologia pois não somos apenas “ser-no-mundo”, mas sim “somos do mundo”, onde ver e ser visto pelos outros se cruzam na historicidade do mundo da vida (**Responsabilidade e julgamento**, 2004).

H. Arendt condena a neutralidade ou a indiferença face as escolhas que devem ser feitas em relação às companhias com as quais nós iremos conviver. Bethânia Asy assim se expressa: “Do ponto de vista moral e mesmo político, tal indiferença, embora suficientemente cotidiana, é bem mais perigosa. E conectada ela (...) estaria outro fenômeno, extremamente comum às sociedades contemporâneas: a tendência corrente à recusa completa de julgar” (...) Uma ética da responsabilidade está intimamente relacionada a um agir consistente, vis-à-vis nossas ações públicas, interações e opiniões, cuja qualidade estaria comprometida pelo encorajamento, exercício e cultivo de um ethos público, da capacidade de sentir satisfação com aquilo que interessa apenas em sociedade” (B. Asy, introdução à edição brasileira, H. Arendt, **Responsabilidade e Julgamento**, 2004, p. 52).

Para H. Arendt a culpa é individual e não coletiva. Por isto é preciso julgar, dar nomes e atribuir culpa, principalmente no que diz respeito no exercício do poder. São os homens concretos, em carne e osso, que são julgados pelos atos que praticam. Ela diz claramente que para os juízes, num julgamento, não está em questão um sistema ou uma história, mas sim uma pessoa. E se o réu for um funcionário público ele é julgado por ser “um funcionário e um ser humano”. Por isto H. Arendt diz que é uma “falácia” “o conceito de “culpa coletiva”, tal como foi aplicado ao povo alemão e ao seu passado coletivo; toda a Alemanha é acusada, bem como toda história alemã, desde Lutero a Hitler, o que, na prática, se transformou numa criação altamente eficaz para todos aqueles que realmente tinham feito alguma coisa, pois quando todos são culpados ninguém o é”. (H. Arendt, **Responsabilidade e julgamento**, 2004, p. 83). É interessante observar, ainda, a justeza de seu pensamento quando ela diz que todo sistema burocrático tem, por rotina, a atitude de transferir responsabilidades, e que, do ponto de vista político, ou seja como uma “forma de governo, o governo deixa de ser o ato de mandar de homens para ser o mundo de cargos; esta burocracia acaba se transformando no mando de ninguém e por isto a sua forma mais cruel de governo (H. Arendt, **Responsabilidade e julgamento**, 2004, p. 94).

H. Arendt indica uma linha divisória “entre a responsabilidade política (coletiva), de um lado, e a culpa moral e ou legal (pessoal), de outro (...). (Arendt, **Responsabilidade e julgamento**, 2004, p. 218).

Pode haver, assim, responsabilidade coletiva por coisa que não fizemos, mas só há culpa pelo que fizemos. Com efeito, escreve Arendt: “Se o réu era membro da máfia, membro da S.S. ou de alguma outra organização criminosa ou política, asseguram-nos ter sido mero dente na engrenagem, que agia apenas por ordens superiores e fazia o que qualquer outro teria igualmente feito, no momento em que ele apareceu num Tribunal de Justiça, ele aparece como uma pessoa e é julgado de acordo com o que fez. Cabe à grandeza dos procedimentos do tribunal que até um dente da engrenagem possa se tornar uma pessoa de novo” (H. Arendt, **Responsabilidade e julgamento**, 2004, p. 215). Um membro de uma dada comunidade pode ser considerado responsável por coisas de que ele não participou em relação à política; ele não pode escapar da responsabilidade coletiva pois esta é o preço que se paga por vivermos entre os nossos semelhantes.

Para Arendt a política trata da “convivência entre homens” e portanto baseia-se na pluralidade dos homens. Ela afirma que “o pensamento político baseia-se na capacidade de formação de opinião” (H. Arendt, **O que é política?**, 2002, p. 30). A liberdade de externar a sua opinião, o direito de ouvir as opiniões dos outros, são parte indispensável da liberdade política. O grande problema da política atual é que hoje se dispõe, escreve ela, da possibilidade de pôr “fim à vida da humanidade e de toda vida orgânica”, graças aos avanços tecnológicos que colocam, a disposição do Estado, não só bombas atômicas e de hidrogênio, mas também

produtos químicos criando novas armas de destruição em massa. (H. Arendt, **O que é política?**, 2002, p.77).

O inconcebível tornou-se, em nosso século, o cotidiano quase banal: torturas exercidas causando extrema dor e morte; regimes de terror; ações terroristas de motivação político-ideológica-religiosa; campos de concentração; genocídio causado por guerras mundiais e revoluções civis; práticas policiais violentas e de tortura visando obter informações e delações etc. O homem se vê impossibilitado de exercer a sua liberdade, acabando por sucumbir e deixar de se indignar por tais atrocidades praticadas, como se isto fosse expressão de uma lógica da necessidade ou de um destino inelutável. O homem contemporâneo torna-se cada vez mais consciente do caráter político da sua vida, de como a política impregna a sua existência. A política se exerce numa sociedade onde as relações econômicas explicam a existência humana em todas as instâncias. O poder econômico transfigura e interfere diretamente no poder político e na esfera da vida pessoal.

Julien Freund afirma que o fenômeno político se explicita pela relação “comando – obediência”, “autoridade – submissão”. A questão é a de saber como situar a liberdade, visto que “o homem livre só obedece a si mesmo” no fundo de sua essência e dignidade. O fenômeno político, diz ele, implica no poder político e, por conseguinte, na tensão entre obediência e liberdade (J. Freund, **L’essence du politique**, 1965, p. 101-120).

O homem de nossos dias é membro da sociedade do trabalho, quaisquer que sejam as relações econômicas vigentes numa dada sociedade. Mas o homem não se compreende tão somente pelo trabalho necessário que realiza para manter a sua subsistência. Conforme nos ensina a fenomenologia a existência do homem não se explica apenas pelas relações de poder e necessidade. Isto é importante mas não suficiente. A irreduzível singularidade da nossa existência se debruça na compreensão de si mesmo, da sua subjetividade entre relações intersubjetivas; o homem caminha rumo à efetuação da sua racionalidade, sem jamais poder escapar a sua dimensão do inconsciente, do desejo, da vida afetiva, da criatividade. A compreensão de si mesmo só se dará na esfera da intersubjetividade que o faz aprender a vivenciar, pela educação, o respeito e o reconhecimento do outro na convivência de suas diferenças.

É por isto que E. Weil afirma que a função profícua do Estado é a de educar, visando a virtude; é por ela que os conflitos serão resolvidos graças à fala justificativa, ao diálogo, ao uso de argumentos razoáveis e não impositivos pela violência (E. Weil, **Philosophie et Politique**, 1956, p. 202).

O que está em jogo é a compreensão da subjetividade. Esta é a maneira de ser de um ente particular que chamamos sujeito e que não se entende em oposição aos objetos, mas sim a organização de suas capacidades que o habilita, dentre outras coisas, a ser capaz de conhecer, de refletir, de atuar, de criar, de amar, de imaginar etc. Daí lermos em E. Husserl que a fenomenologia, desde a sua origem, “empreendera o caminho que vai da evidência da idealidade das formações lógicas até a investigação de sua constituição subjetiva, e somente, a partir daí, dirige-se para a problemática constitutiva como problemática universal, e não meramente referida a formas lógicas” (E. Husserl, **Logique formelle et logique transcendantale**. Essai d’une critique de la raison logique, 1953, p. 235).

Husserl chama a atenção para o fato de que a vida, na atitude natural da consciência, se caracteriza pela crença ingênua na realidade e na permanência do mundo percebido. Esta consciência natural, irrefletida ou pré-reflexiva, ignora-se a si mesma e por isto não vê que se esconde, nesta atitude, a sua participação de “doadora de sentido ao mundo e a si mesma”. Ela dissimula, oculta, a sua própria “operação anônima” de constituição do mundo real. É preciso, pois, tematizar esta vida pré-reflexiva, esta “operação anônima” da vida da consciência natural, colocando-a entre parêntesis graças à redução. Só assim será colocado em evidência que este mundo natural não é um em-si objetivo mas que não cessa de estar aí para mim. Ele põe em evidência a subjetividade (E. Husserl, **Idee per une fenomenologia pure e per una filosofia fenomenologica**. Libro secondo, 1963, p. 522).

Para Husserl a consciência operante não permanece no anonimato do eu em geral pois ele se constitui com o que me é próprio. O eu se apropria, na descrição fenomenológica, de seu viver, enquanto um eu individual. Mas ele se apropria também do que não lhe é próprio, ou

seja, o outro enquanto outro ego. Não pode, entretanto, o meu eu individual constituir, sozinho, uma comunidade e o mundo que nos é comum com suas instituições, organizações, das quais a justiça e a política fazem parte. Os outros são co-sujeitos que se mostram como transcendentais e que estão em comunidade de todos nós.

Concluindo vimos que H. Arendt afirma que o ponto central da política, e isto desde a Antiguidade, é a preocupação com o mundo. Na Idade atual passa a ser a preocupação com o homem na busca de descoberta de si mesmo, de seu bem-estar e que se traduz na sua preocupação com o corpo, isto é, no seu bem-estar físico e saudável. Mas o que importa é entender que o relacionamento dos homens entre si no mundo que lhes é comum, se dá no espaço público. É aí que devem ser privilegiados os comportamentos onde os relacionamentos de amizade, de cortesia, de respeito, de solidariedade, de hospitalidade são considerados valores positivos e que podem ser desenvolvidos pelo papel da educação, não só familiar, mas também escolar e pública.

Assim a amizade, de acordo com Arendt, é um fenômeno público vivido no espaço público, espaço “entre” os indivíduos, espaço da liberdade de um mundo compartilhado.

## **BIBLIOGRAFIA**

- 1) AMSELEK, Paul. **Méthode phénoménologique et théorie du droit**. Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1964.
- 2) Arendt, Hannah. **As origens do totalitarismo**: Totalitarismo, o Paroxismo do Poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.  
  
\_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.  
  
\_\_\_\_\_. **O que é Política?** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2002.  
  
\_\_\_\_\_. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- 3) Freund, Julien. **L’essence du politique**. Paris: PUF, 1965.
- 4) HUSSERL, Edmund. **Logique formelle et logique transcendantale**. Essai d’une critique de la raison logique. Paris: PUF, 1957.  
  
\_\_\_\_\_. **Idee per uma fenomenologia pura e per uma filosofia fenomenológica**. Libro secondo. Torino: G. Einaudi, 1963.
- 5) KOJÈVE, Alexandre. **Esquisse d’une phénoménologie du droit**. Paris: Gallimard, 1981.
- 6) WEIL, Eric. **Philosophie et Politique**. Paris: PUF, 1956.